

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 17.02.2020

Local: Sala 307-A (Prédio-sede)

Presenças: Juiz **Adriano Santos Wilhelms**, Juiz Auxiliar da Presidência (Coordenador);
Juiz **Leandro Krebs Gonçalves**, Juiz Auxiliar da Corregedoria;
Servidor **Adolfo Marques Pereira**, Secretário-Geral da Presidência;
Servidor **Francisco José Fetter Furtado**, Representante da área da estatística;
Servidor **Jéferson Daniel de Matos**, Representante da área da estatística;
Servidora **Nora Helena Rothfuchs Albrecht**, Representante da área de tecnologia da informação;
Servidora **Gisele Santos Sena**; Representante da área de gestão de pessoas;
Servidora **Luciana Tirelli Lopes Pulvirenti da Silveira**, representante da área de negócio judicial (2º grau);
Servidor **Flávio Cesar Giroto**, representante da área de negócio judicial (1º Grau);
Servidor **Luiz Eduardo de Freitas**, representante da área de negócio judicial (1º Grau).

Convidada: Servidora **Luisa Drews Kluck**, representante da área de negócio judicial (2º grau).

Secretário: Lucas Gabriel de Andrade Correa (AGE)

Horário: 16h00min – 16h35min

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de 2020, às 16 horas, na sala de reuniões 307-A do prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região, ocorreu reunião ordinária do Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão, contando com as presenças acima nominadas. A reunião foi coordenada pelo Excelentíssimo Juiz Adriano Santos Wilhelms, que iniciou a reunião saudando os presentes. Em seguida, relatou que conversou previamente com Jéferson e Francisco, integrantes do comitê, para que fosse atualizado sobre as ações e modo de funcionamento do comitê. Reforçou que conforme regulamentado em portaria, as reuniões do comitê devem ocorrer mensalmente. Completou dizendo que as reuniões ocorrerão de forma presencial. Aldo apresentou os participantes da reunião, os qualificando quanto as suas funções em relação ao sistema E-Gestão. Juiz Adriano questionou os participantes sobre alguma inconsistência no sistema. Juiz Leandro colocou em pauta sua preocupação com a demora da atualização dos dados, que por vezes chega a ficar uma semana sem atualização, destacou que a atualização, que deveria ser diária, é essencial para a corregedoria, por auxiliar no controle da produtividade

dos juízes. Expressou, também, sua preocupação com lançamentos equivocados. Exemplificou que acontece dos juízes esquecerem de efetuar alguns lançamentos, mas que mesmo corrigidos posteriormente, continuam como pendentes no sistema. Destacou, porém, que a situação de *pendente* ocorre mesmo quando os lançamentos são efetuados corretamente. Luciana explicou que este ano as atualizações tem ocorrido de forma mais espaçadas em razão da necessidade de atualizar os dados de 2019 com as versões mais atuais do extrator. Pontuou que o extrator não necessariamente realiza as atualizações, em razão de alguns fatores alheios ao controle da Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicações (SETIC). Concluiu dizendo que uma nova versão do extrator deverá ser instalada, o que poderá fazer com que as prévias continuem sendo atualizadas de forma espaçada. Juiz Leandro questionou se não é possível ter os dados prévios de um mês ao menos no início do mês subsequente. Luciana disse que é possível planejar isso. Juiz Leandro retomou sua preocupação com os lançamentos equivocados, se isso não interferiria nos prazos médios do tribunal, o que lhe foi confirmado que sim. Luciana informou que o novo extrator (versão 2.5.4) a ser instalado irá corrigir vários problemas apresentado nas versões anteriores. Explicou que informa os dados do Tribunal ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) através do Justiça em Números, mensalmente, e do Modo de Produtividade, semestralmente, e que as variáveis se contemplam nos sistemas, porém, ao chegar no fim do ano há discrepâncias entre os números apresentados pelos dois sistemas, o que é motivo de questionamento pelo CSJT. Concluiu explicando que a causa das discrepâncias são as atualizações ocorridas durante o ano. Juiz Adriano questionou se é possível propor, através do comitê, melhoria no procedimento de atualização dos prazos. Nora explicou que já foram instaladas quatro versões no ano de 2020, que por norma a SETIC apresenta, no primeiro dia do mês, as estatísticas referentes ao mês anterior, que todos os dias do mês fazem prévias e no dia 25 de cada mês roda uma nova remessa oficial, para correção de eventuais erros percebidos na primeira remessa, e que eventualmente, sendo necessário, outras remessas oficiais poderão ser disparadas em outros dias do mês independente do calendário programado para estes procedimentos. Informou que tem levado em torno de 36 horas para que os dados fiquem disponibilizados para consulta nas ferramentas internas BI's e concluiu dizendo que há o prazo de 28.02 para rodar todo o ano de 2019 e que portanto o calendário está comprometido. Ante o exposto, restou decidido pelo comitê que não será proposta melhoria. Luciana relatou que uma das últimas atualizações do PJ-e do ano de 2019 trouxe impactos estatísticos para o 2º grau, notadamente em movimentos referentes a finalização do processo. Aldo informou que a parametrização dos CEJUSC estão em processo de mudança. Explicou que, até então, o fluxo funcionava no sistema de gabinetes espelhos, onde o gabinete normal de um magistrado era

espelhado a um outro gabinete, do mesmo magistrado, voltado para o CEJUSC. A sistemática consistia em redistribuir o processo do gabinete normal para o gabinete espelhado, sem alterar a contagem vinculada ao magistrado. No entanto, após observância do TST, foi solicitada a mudança da metodologia, em razão de a cada redistribuição, o prazo do processo reiniciar. Informou que a nova versão do PJE trouxe um fluxo novo para uso do CEJUSC, onde os processos deixarão de ir para o gabinete espelho e passarão a fluir para a unidade CEJUSC. Concluiu informando que diante disso, será iniciado um teste no gabinete de 3 desembargadores a contar de 21.02, com vistas a incluir, na segunda semana de março, todos os demais gabinetes nesta nova sistemática. Juiz Adriano observou que esse fluxo seria também necessária para o JAEP. Luciana informou que o novo manual do e-gestão contempla apenas 5 itens estatísticos sobre o CEJUSC, o que considera precário se comparado ao que existe hoje no âmbito do TRT da 4ª Região, citando como exemplo os sistemas QAP e NovaJus 4. Relatou que foram encaminhadas várias sugestões de melhorias a este respeito, por diversos meios, haja vista a importância da unidade e concluiu ponderando se não seria necessário o comitê reforçar essa proposta. **O comitê deliberou por encaminhar um reforço na necessidade de implementação de melhor qualidade dos dados estatísticos referente ao CEJUSC.** Luciana informou que existem movimentos processuais no E-Gestão e que não constam no no PJe e vice-versa, que isso impacta estatisticamente no tribunal. **O Comitê deliberou por encaminhar via Jira, como melhoria, o exame de movimentos processuais que foram retirados tanto do PJE quanto do manual do E-Gestão.** Nada mais havendo para tratar, próxima reunião marcada para 10.03 às 17h . Reunião encerrada às 16:35 horas. Ata redigida pelo servidor Lucas Gabriel de Andrade Correa, da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais e encaminhada eletronicamente para validação dos presentes.